



OFÍCIO-CIRCULAR: INQUÉRITO SOBRE AS CONDIÇÕES DAS ESCOLAS DE ENFERMAGEM NO ANO DE 1966 ¹

OFFICE CIRCULAR: SURVEY ON THE CONDITIONS OF THE NURSING SCHOOLS - YEAR 1966

OFICIO CIRCULAR: INQUÉRITO SOBRE LAS CONDICIONES DE LAS ESCUELAS DE ENFERMERÍA - AÑO 1966

Marco Antônio dos Santos ²

Leila Maria Rissi Caverni ³

Maria Cristina Sanna ⁴

Resumo

O estudo objetiva descrever o conteúdo de documentos enviados às escolas de enfermagem do país, por Waleska Paixão, relatora da Comissão de Especialistas de Ensino de Enfermagem (CEEEnfermagem) do Ministério da Educação e Cultura, e analisá-los à luz do contexto sociopolítico da época. O intuito da comissão era realizar um inquérito sobre as condições das escolas de enfermagem, para recomendar a distribuição de verbas pelo Ministério da Educação e Cultura. Para desenvolver esse estudo histórico, realizado por meio de análise documental, utilizou-se, como fonte primária, um ofício, datado de 9 de agosto de 1966, e seus seis anexos. O documento pesquisado evidenciou a preocupação da CEEEnfermagem com as condições das escolas de enfermagem do país, objetivando a melhoria do ensino e qualificação dos profissionais, além da presença marcante de Waleska Paixão, suas estratégias políticas e o compromisso com a profissão, demonstrando a forma por ela encontrada para operacionalizar, justa e eticamente, a distribuição de recursos do Ministério da Educação e Cultura.

¹ Trabalho vinculado à linha de pesquisa História de Escolas de Enfermagem do Centro de Estudos e Pesquisas sobre História da Enfermagem – CEPHE.

² Sociólogo e Educador em Saúde Pública da Secretaria Municipal de Saúde da Cidade de São Paulo. Membro do CEPHE. E-mail: hokubosantos@gmail.com

³ Enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde da Cidade de São Paulo. Doutora em Ciências. Membro do CEPHE. Email: icaverni@uol.com.br

⁴ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Pesquisadora independente

Descritores: História da Enfermagem; Escolas de Enfermagem; Educação em Enfermagem

Abstract

The study aimed to describe the contents of documents sent to nursing schools in the country, in Waleska Paixão, reporter of the Committee of Experts of Nursing Education (CEE Enfermagem) of the MEC, and analyze them in light of socio-political context. The purpose of the commission was conducting an inquiry into the conditions of the nursing schools, to recommend the allocation of funds by the Ministry of Education and Culture. To develop this landmark study, conducted through document analysis, was used as primary source, a letter, dated August 9, 1966, and six appendices. The document underlined the concern of surveyed CEEEnfermagem with the conditions of the nursing schools in the country at the time, aiming at the improvement of education and qualification, and the presence of Waleska remarkable passion, their political strategies and commitment to the profession, demonstrating the as found by it to operate fairly and ethically, the distribution of resources from Ministry of Education and Culture.

Keywords: Nursing History; Nursing Schools; Nursing Education

Resumen

El estudio tiene como objetivo describir el contenido de documentos enviados a las escuelas de enfermería del país por Waleska Paixão, ponente de la Comisión de Expertos de Educación en Enfermería (CEEEnfermagem) Ministerio de la Educacion y de la cultura, y analizarlos a la luz del contexto socio-político de la época. El objetivo de la comisión era llevar a cabo una investigación sobre las condiciones de escuelas de enfermería, para recomendar la asignación de fondos por parte del Ministerio de la Educacion y de la cultura. Para desarrollar este estudio histórico, realizado a través del análisis de documentos, se utilizó como fuente primaria, un oficio, de 9 de agosto de 1966 y sus seis anexos. La búsqueda mostró la preocupación de la CEEEnfermagem por las condiciones de las escuelas de enfermería en el país, con el objetivo de la mejora de la educación y capacitación, además de la fuerte presencia de Waleska Paixão, sus estrategias políticas y el compromiso con la profesión, lo que demuestra la forma que se encontró para operar de manera justa y ética, la distribución de los recursos del Ministerio de la Educacion y de la cultura.

Palabras clave: Historia de la Enfermería; Escuelas de Enfermería; Educación en Enfermería.

Introdução

No início dos anos 1960, a carência de profissionais de Enfermagem e a exiguidade das escolas e cursos destinados ao seu preparo haviam chamado a atenção dos órgãos do governo, ligados aos setores da Saúde e Educação. Em 1963, foi firmado um convênio entre o Ministério da Saúde (MS), Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) e Organização Pan-Americana de Saúde – Organização Mundial da Saúde (OPAS-OMS), para desenvolver planos integrados de formação profissional na área de saúde nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Dentre eles, foi criado um plano, designado Projeto nº 287/63, que tinha como objetivo imediato, a formação de auxiliares de enfermagem para os serviços de assistência médico-sanitária naquelas regiões¹.

O desenvolvimento desse Projeto, nos anos de 1963-64, resultou na criação da Comissão de Especialistas de Ensino de Enfermagem (CEEEnfermagem), por meio da Portaria MEC nº. 136, de 11 de junho de 1965. Essa comissão, que era constituída por enfermeiros, tinha os seguintes objetivos:

- 1) apresentar sugestões de imediata aplicação, visando ao melhor aproveitamento dos recursos existentes no país para formação de pessoal de enfermagem;
- 2) propor medidas a serem utilizadas para ampliar o número de matrículas nas escolas de Enfermagem;
- 3) formular recomendações quanto aos níveis de formação de pessoal de enfermagem, atendendo às metas do Plano Nacional de Educação do País;
- 4) planejar a ação para o aprimoramento da educação de enfermagem no país.^{1, p.205}

Frente a isso, a CEEEnfermagem realizou um levantamento sobre as condições das Escolas de Enfermagem, em 1966, para recomendar a distribuição de verbas destinadas aos propósitos supracitados. Para tanto, a relatora dessa Comissão, Waleska Paixão^b, enviou Ofício-circular com e anexos, às escolas de enfermagem do país, os quais se constituíram em fontes as documentais do presente estudo. Nos documentos citados os anexos foram denominados apensos e numerados

^b Nascida em 3 de novembro de 1903, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1939, Waleska Paixão concluiu sua graduação na Escola de Enfermagem Carlos Chagas e cursou simultaneamente Sociologia, Filosofia e Moral, no Instituto Superior de Cultura Católica, em Belo Horizonte. Depois estudou na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, onde cursou Administração e Ensino. Teve caminho marcante na Enfermagem, dirigindo a Escola de Enfermagem Carlos Chagas, de 1939 a 1948, e a Escola de Enfermagem Anna Nery, no período de 1950 a 1966⁽²⁾. Dentre as inúmeras funções exercidas por ela, destaca-se a presidência da Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn Nacional – gestão 1950 - 1952. Aposentada, foi para o interior de Sergipe, se envolvendo com as necessidades locais, onde trabalhou em benefício dos necessitados. Continuou se dedicando à Enfermagem, escrevendo vários artigos e livros, principalmente na área de História da Enfermagem. Manteve contato com as lideranças da área até seu falecimento, em 25 de novembro de 1993, aos 90 anos³.

de 1 a 6.

Faz-se necessário destacar a presença marcante da enfermeira Waleska Paixão, então coordenadora da CEEEnfermagem, cujas estratégias políticas e o compromisso com a profissão, contribuíram para a operacionalização da distribuição de recursos do MEC.

Assim, na época da ação em foco no presente estudo, ela já era uma líder respeitada e valorizada, cujas demandas eram recebidas com deferência pelas instituições em que a Enfermagem estava presente. Diante das informações apresentadas e do fato de que não foram encontradas pesquisas que relatem e analisem a correspondência entre a citada comissão e as escolas, justifica-se a relevância do presente estudo. Assim, formula-se como objetivo do presente estudo: descrever o conteúdo do Ofício-circular e de seus seis anexos e analisá-los à luz do contexto sociopolítico da época.

Método

Estudo histórico realizado por meio de análise documental. Como fonte primária foi utilizado o Ofício-circular, datado de 9 de agosto, e seus seis apensos, datados de 18 de agosto de 1966, enviados por Waleska Paixão à diretora da Escola de Enfermagem Santa Catarina, situada na cidade de São Paulo. Tais documentos foram captados na própria escola e feitas cópias certificadas dos originais. A seguir procedeu-se à leitura minuciosa e repetida dos mesmos, para apreensão do significado de seu conteúdo, que foi cotejado com as fontes secundárias, constituídas de textos da literatura científica relativos ao tema.

Não houve necessidade de submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que foram utilizados apenas documentos, para o seu desenvolvimento.

A análise foi efetuada empregando-se o pensamento de Pierre Bourdieu, sociólogo e antropólogo integrante da Escola dos Annales, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch na França, em 1929. Essa Escola se constituiu em uma corrente historiográfica, cujos integrantes criaram o periódico acadêmico francês denominado *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, com o propósito de dar forma a um novo estilo de se escrever História, sendo chamada História Nova ou Nova História²³.

A Nova História recorre à antropologia histórica, rejeita a composição da história como narrativa, valoriza documentos como fonte básica e considera as manifestações, motivações e intenções individuais como elementos explicativos para os eventos históricos, mantendo a sua objetividade²³.

Bourdieu atribuía grande valor à História, pois afirmava que só é possível compreender uma obra, seu valor ou a crença que lhe é dada, após se conhecer a história do campo no qual tal obra foi produzida²³. O autor considerava que “campos são espaços estruturados de posições ou de postos (...) que se definem através dos objetos de disputas e dos interesses específicos contidos nos próprios campos e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo”. E, ainda, que interesse é o investimento específico nos processos de lutas que é, ao mesmo tempo, a condição e o produto da vinculação a um campo²³.

Com relação à estrutura do campo, Bourdieu a define como “um estado da relação de força entre os agentes sociais ou as instituições engajadas na luta, ou” ainda, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. O autor compreendia o capital específico como fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo que só vale dentro dos limites deste determinado campo; e o concebia de diversas naturezas: cultural, econômico, artístico, político outros, podendo ser conversíveis umas nas outras²³⁻²⁴.

Os conceitos de Pierre Bourdieu proporcionaram os fundamentos para a análise dos agentes, das instituições e das estruturas dos campos envolvidos no presente estudo: as Corporações da Enfermagem, o Sistema de Ensino e seus Elementos ou Agentes.

Resultados e discussão

Focaliza-se, a seguir, o contexto sócio-político-econômico das áreas da Saúde, Educação e Enfermagem, no período estudado, no país, que influenciava a questão da formação de profissionais de enfermagem. Tal contexto apontou para a existência de ampliação do parque industrial e da população urbana e previdenciária brasileira e para a proliferação da rede hospitalar, assim como a promulgação de atos legais, como a Lei Orgânica da Previdência Social e a Lei nº 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a realização da III Conferência Nacional de Saúde e a criação do Conselho Federal de Educação (CFE) e Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

No início da década de 1960, ainda sob o governo do médico Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), que assumira a presidência da República, em janeiro de 1956, com a promessa de desenvolvimento do país, o Brasil vivia o chamado “desenvolvimento econômico”, que teve profundos reflexos nos movimentos da educação e da saúde à época, cujo slogan “50 anos em 5” era a síntese da política econômica nacional-desenvolvimentista⁵⁻⁶.

A expressão nacional-desenvolvimentismo, em vez de nacionalismo, sintetizou a política econômica empregada pelo Estado, que estimulava o desenvolvimento das empresas privadas nacionais e a entrada de capital estrangeiro, para promover o desenvolvimento, enfatizando a industrialização.

Assim, o governo de Juscelino Kubitschek renunciou os rumos da política realizada pelos governos militares, após 1964⁴, e propôs um processo racional de desenvolvimento, que abrangia, de forma equilibrada, a indústria, a saúde e a educação, pois a agenda de saúde pública internacional para os países subdesenvolvidos havia sido condicionada pela ótica da política econômica do desenvolvimento⁷⁻⁸.

Como consequência da política desenvolvida nessa década, houve a ampliação do parque industrial que, acrescida do crescimento da população urbana e previdenciária e da perda da importância das políticas de Saúde Pública, levou ao fortalecimento da atenção médica individualizada, voltada para o corpo do trabalhador, com vistas à manutenção e restauração de sua capacidade produtiva. Assim, sobreveio o desenvolvimento da rede hospitalar, que necessitava de maior quantitativo de trabalhadores com preparo específico para o exercício da profissão, a qual proporcionou novo espaço para a atuação da Enfermagem⁸⁻¹⁰.

A instituição de serviços médicos próprios nas empresas foi uma das respostas à necessidade de atenção a saúde do trabalhador. Como consequência da evolução do complexo médico-industrial, houve o aumento do consumo de bens e serviços de saúde. Estes fatos, associados à legislação educacional dessa década e da seguinte, levaram à criação dos cursos de nível médio em saúde, dentre os quais os de formação de Técnicos de Enfermagem^{4-5,10-11}.

No ano de 1961, foi promulgada a Lei nº 4.024/61¹³, que manteve a estrutura de ensino à época, com algumas modificações. Seu texto deixou clara a divisão da responsabilidade para com a educação entre o Estado e a sociedade, aí incluída a iniciativa privada, abrindo espaço para as subvenções em benefício do crescimento do setor particular de ensino, além de passar a se delinear, a partir dessa Lei, um modelo federativo para a organização da educação nacional, dependente da economia de impostos¹⁴.

Além disso, equiparou o ensino profissional, ao ensino voltado à continuidade dos estudos preparatórios para o ensino superior, terminando com a antiga dualidade entre ensino para “elites condutoras do País” e ensino para “desvalidos da sorte”^{14, 15, 16,17}. Assim, todas as modalidades de ensino passaram a ser equivalentes, para fins de continuidade de estudos nos níveis subsequentes, concedendo ao ensino profissionalizante o mesmo prestígio do ensino “secundário acadêmico”^{14,16}.

Em 28 de março de 1961, foi assinado pelo então presidente da República, Janio da Silva Quadros, o Decreto nº 50.387 que tratou, especificamente, pela primeira vez, do Exercício Profissional de Enfermagem, definindo as categorias autorizadas a exercer a Enfermagem no país e anulando dispositivos que autorizavam a existência de outras categorias, que seriam extintas posteriormente, porém existiram por muito tempo, como grupos residuais da Enfermagem: os enfermeiros práticos, os práticos de enfermagem, os enfermeiros assistentes, assistentes de enfermagem, enfermeiro militar e atendentes, entre outras inúmeras denominações¹⁸. Dentre as categorias autorizadas de profissionais de nível médio, estava a dos Auxiliares de Enfermagem. Todas essas categorias deveriam atuar sob a supervisão de enfermeiros ou médicos, questão aceita no contexto daquela época. No texto dessa Lei, destaca-se seu aspecto híbrido, pois tratava tanto do ensino como do exercício da Enfermagem e vinculava o trabalho do auxiliar de enfermagem à supervisão do enfermeiro.

Além disso, essa Lei propiciou a possibilidade de criação do curso de formação do Técnico em Enfermagem, o que aconteceu em 1966, com a criação do primeiro Curso Técnico de Enfermagem do Brasil, na Escola de Enfermagem Anna Nery, no Rio de Janeiro, no ano de 1966.

Em 1962, o Conselho Federal de Educação (CFE) foi criado, em consequência da LDB, em substituição ao Conselho Nacional de Educação.

Jânio da Silva Quadros foi eleito para substituir JK, em 1961, herdando a crise interna e externa do governo antecessor, e renunciou em agosto do mesmo ano, assumindo o vice-presidente, João Belchior Marques Goulart – Jango, que governou até ser deposto pelo golpe militar de 1964⁴.

Durante o governo de Jango, houve maior participação do Ministério da Saúde no orçamento global da União e, em 1963, aconteceu a III Conferência Nacional de Saúde, com os objetivos de discutir e orientar as políticas de saúde. Nela foi definido o desenvolvimento econômico, como ideologia da saúde, que se baseou na racionalidade do planejamento, na produtividade e na distribuição de riquezas⁴⁻⁵.

O processo de unificação do regime geral da previdência social, para abranger todos os trabalhadores sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), avançou com o movimento revolucionário de 1964, que promoveu uma intervenção generalizada em todos os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e a substituição dos conselhos administrativos por juntas interventoras nomeadas pelo governo revolucionário. Essa unificação consolidou-se somente em 1966^{4-5,7}.

Em março de 1964, foi deflagrado o golpe político-militar, afastando João Goulart e

instalando-se o regime militar, de caráter ditatorial e repressivo, pela assunção das Forças Armadas brasileiras. Durante esse período, foram promulgados os Atos Institucionais (AIs), que suspenderam garantias constitucionais, permitindo a cassação de mandatos, suspensão dos direitos políticos, extinção de organizações civis que exigiam reformas de base, resultando na limitação das liberdades individuais e constitucionais entre outros acontecimentos^{4,7}.

Nesse contexto, destaca-se outra questão, a repressão militar não poderia sozinha justificar por muito tempo um governo ditatorial, passando, o regime instituído, a formular algumas políticas sociais, para alcançar legitimação do governo ante a população. Assim, o governo utilizou-se do sistema previdenciário, implantando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966, que procurou garantir os benefícios da Previdência Social para todos os trabalhadores urbanos e seus dependentes pois os IAP's limitavam-se a atender apenas algumas categorias profissionais⁷.

Com relação à política educacional, desenvolvida no período do regime militar, pode-se afirmar que continuou comportando-se de acordo com os valores e as concepções próprias do regime anterior, com a conseqüente manutenção de defasagem acentuada entre o sistema educacional e os sistemas econômicos, político e social. Esses últimos, em especial o econômico, expandiram-se em detrimento do primeiro, desfavorecido pela manutenção de instituições onerosas, inadequadas e ineficientes à realidade educacional e sua adequação às imposições postas pelo desenvolvimento nacional^{14,16}.

Em 1967, foi outorgada nova Constituição, que determinou a obrigatoriedade do ensino primário dos 7 aos 14 anos, nos estabelecimentos públicos, levando ao agravamento da crise do setor educacional, pois a política de recuperação econômica do regime militar trouxe aumento da demanda social pela educação. Tal situação acabou por induzir a assinatura de convênios entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agency for International Development (AID), os chamados acordos MEC-USAID, que aconteceram, nos anos de 1964 a 1968, firmando a assistência técnica e financeira desta agência na reorganização do sistema educacional brasileiro^{13-14 16,19}.

A partir do contexto apresentado, é possível demonstrar que, à época da realização do inquérito sobre as condições das Escolas de Enfermagem, os fatos apontavam para a necessidade do aumento de pessoal de Enfermagem e para a realização daquela investigação prévia, que possivelmente auxiliaria nas medidas a serem tomadas, pelo MEC, para alcançar tal intento.

O Ofício-circular sem numero de identificação, comunicava a “aplicação de um inquérito sobre as condições das Escolas de Enfermagem no país, a fim de poder recomendar, com

conhecimento de causa, àquele Ministério, a distribuição das verbas destinadas às Escolas de Enfermagem”.

No documento, Waleska Paixão informava que a escola receberia a visita da enfermeira Haydée Guanais Dourado^c, membro da CEEEnfermagem, e que durante essa visita, não haveria tempo para o preenchimento do questionário, razão pela qual orientava que o mesmo fosse preenchido a lápis, com os dados referentes às condições da escola, a fim de que “a investigadora” o encontrasse pronto quando da sua visita à escola, provavelmente para possibilitar a alteração do que fosse necessário, após suas observações.

Além disso, orientava que fossem datilografadas ou mimeografadas tantas cópias quantas fossem necessárias do “Apenso 1”, que se tratava do “Questionário para a avaliação e aperfeiçoamento das escolas de enfermagem”, para que cada membro do corpo docente o preenchesse.

Continuando a apresentação do estudo, no rodapé do Ofício-circular constavam as seguintes observações:

- Esta circular não poderia ser adiada para não dificultar qualquer alteração de data que por ventura lhe seja necessária.
- “Como o Questionário ainda vai sofrer emendas, logo que ficar pronto seguirá”.
- Preencher o questionário logo que chegar a essa Escola.
- Avisaremos a chegada da investigadora.

As duas últimas orientações foram acrescentadas de forma manuscrita.

Todos os apensos eram iniciados com as seguintes informações:

MEC – DESu – CEEENFERMAGEM
 Atualização e Aperfeiçoamento de escolas de enfermagem
 Projeto nº 1: Levantamento das condições das escolas
 QUESTIONÁRIO – Apenso ____
 ESCOLA DE ENFERMAGEM: _____

O Apenso 1 iniciava-se com um texto introdutório que esclarecia o objetivo da realização do

^c Haydée Guanais Dourado nasceu na Bahia, fez seus estudos de Enfermagem, Doutorado e Livre-Docência na Escola de Enfermagem Anna Nery no Rio de Janeiro, onde também atuou como docente, dedicando-se ao ensino e à pesquisa na área de Ética, História e Legislação. Foi sócia efetiva da ABEn e dela participou na organização dos congressos, na expansão das sessões estaduais, na luta por uma legislação para a categoria e, na realização da primeira pesquisa de enfermagem realizada no país, o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil – 1956/1968⁽²²⁾. Como enfermeira, e posteriormente como jornalista, foi Diretora e Redatora-Chefe da Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn) por quase quatro décadas, tendo contribuído para o seu crescimento como órgão de divulgação da Enfermagem Brasileira⁽²²⁾.

levantamento pela CEEEnfermagem, isto é, dar “[...] à Diretoria de Ensino Superior a base do planejamento de um programa para que sejam supridas as principais necessidades das Escolas de Enfermagem”. Informava que cada questionário respondido seria examinado, tanto no planejamento do programa de cada escola, como de acordo com o que estava estabelecido no seu plano de ensino.

Além disso, ressaltava a importância da participação das escolas para a máxima eficácia do programa e informava que a escola receberia a visita de um membro da CEEEnfermagem e que “durante essa visita não haverá tempo para o preenchimento do questionário, caso não tenha sido observada essa recomendação da pontualidade.”

A seguir dava sugestões para o seu preenchimento, como:

- Responda a máquina ou manuscrito, o questionário, dentro do prazo de 6 dias após seu recebimento;
- Folheie o questionário todo antes de respondê-lo para avaliar os tipos de perguntas;
- Não omita resposta alguma, mesmo que os dados não lhe estejam completos;
- Peça especialmente a todos os professores o preenchimento do apenso nº 1 e a devolução pontual às suas mãos.

O "QUESTIONÁRIO PARA A ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DAS ESCOLAS DE ENFERMAGEM" (Apenso 1) deveria ser respondido com referência “à condição da escola em 31/08/1966”. Ele continha 13 questões fechadas e versava sobre os itens abordados a seguir, que podem ser vistos no Quadro 1.

QUESTÕES	ITENS ABORDADOS
1. Identificação	Nome do estabelecimento, endereço e responsável.
2. Classificação do estabelecimento	Tipo de estabelecimento: se isolado ou integrante de universidade e outros detalhes de cada um destes.
3. Classificação dos cursos	Tipos de cursos que funcionavam na escola durante aquele ano letivo - Enfermagem em geral, Obstetrícia, Auxiliar de Enfermagem, Técnico de Enfermagem, Enfermagem de Saúde Pública e outro.
4. Pessoal docente	Listagem das professoras enfermeiras que ensinavam ou faziam supervisão de alunos e dos demais docentes de tempo completo na escola; Medidas tomadas pela escola para o aprimoramento do corpo docente e se havia dificuldade para conseguir enfermeiros docentes e outros profissionais docentes; Pergunta sobre o desejo da escola de

	“encaminhar enfermeiras do corpo docente ou do campo de estágio para cursos de Enfermagem de Saúde Pública, Obstetrícia ou Pós-graduação para enfermeiras”; no caso de resposta afirmativa a escola deveria listar as disciplinas.
5. Intercâmbio de docentes	Disponibilidade e possibilidade de ceder professoras enfermeiras, por um trimestre, para colaboração em outras escolas, ou necessidade de recebê-las, em colaboração para o ensino de algumas disciplinas listadas e, ainda, se havia condição de oferecer alojamento e alimentação para as professoras visitantes.
6. Material audiovisual	Caracterização quanto ao tipo e quantitativo de materiais audiovisuais que deveriam ser fornecidos.
7. Biblioteca	Número total e por setores de volumes, listagem dos periódicos assinados pela biblioteca, sistema de catalogação de livros e periódicos e responsável pela biblioteca.
8. Laboratório de enfermagem	Locais de prática das disciplinas dos cursos oferecidos pela escola.
9. Necessidades da escola	Quanto a pessoal, prédio, equipamento e material, inclusive aquelas do laboratório de enfermagem; nessa lista, somente poderiam ser incluídos os itens que não podiam ser atendidos pela entidade mantenedora e os referentes aos cursos que a escola já mantinha.
10. Instalação de cursos	Pergunta sobre o desejo de instalação de cursos de Enfermagem em Saúde Pública e Obstetrícia na escola.
11. Informações sobre o currículo do Curso de Graduação em Enfermagem ou outros existentes na escola	Disciplinas teóricas e docentes responsáveis (Apenso 2); estágios e docentes responsáveis (Apenso 3); carga horária dos cursos (Apenso 4), avaliação e revisão do currículo, realizadas pela direção, pelo corpo docente ou pela Comissão de Currículo.
12. Campo de estágio	Caracterização das instituições cedentes (Apenso 5) e das unidades de enfermagem utilizadas como campos de estágios (Apenso 6).
13. Curso Técnico de Enfermagem	Questão sobre a intenção da escola em instalar o Curso Colegial Técnico de Enfermagem.

Quadro 1. Questões e itens abordados no "Questionário para a atualização e aperfeiçoamento das escolas de enfermagem"- Fonte: os autores

No Quadro 2, apresentado a seguir, descreve-se os demais apensos anexos ao Ofício-circular.

APENSOS	ITENS ABORDADOS
2. Ensino das disciplinas em todos os cursos da escola, em 1966 (ministradas no 1º semestre e planejadas para o 2º semestre)	<ul style="list-style-type: none"> • Disciplinas • Tipo de curso • Nome do docente responsável • Nome dos assistentes e outros colaboradores
3. Supervisão da prática hospitalar dos diversos cursos	<ul style="list-style-type: none"> • Estágios • Curso

<p>em Fundamentos de Enfermagem (Auxiliar, Técnico e Graduação de Enfermagem) e dos estágios, em 1966, realizados no 1º semestre e planejadas para o 2º semestre</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nome do docente responsável • Nome do assistente ou assistentes
<p>4. Carga horária do curso de Graduação em Enfermagem por série, em 1966 (realizada no 1º semestre e planejada para o 2º semestre)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disciplina • Série • Número de horas de ensino teórico-prático (teoria e demonstração, prática de um grupo de alunos, ensino clínico – em sala de aula e no campo de estágio, e total) • Número de horas de estágio deduzidas as horas de ensino clínico e total
<p>5. Características das instituições que servem de campo de estágio</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Número da instituição do estágio, com orientação para listar no verso as instituições que servem de campo de estágio para as estudantes de todos os cursos da escola, numerando-as, e incluindo hospitais, ambulatórios e centros de saúde • OF (Oficial), AUT (Autárquico) e Part (Particular) • Número de leitos • Média diária de pacientes e consultas • Serviços médicos auxiliares? Raios-X, Laboratório de análises. Sim ou Não – se a resposta for negativa, especificar no verso de qual outra instituição se utiliza • Serviço de Enfermagem: estruturado? Sim ou não; Tem regimento? Sim ou não; • É dirigido por enfermeiro? Sim ou não; Se não é dirigido por enfermeiras – por quem? • Tem escritório? Se tem, quantas salas? • Tem enfermeiros nas 24 horas? Sim ou não • Tem Reuniões? Com que frequência? • Número de pessoal de enfermagem. Especificar: Enfermeiros (E) Obstetizes da Faculdade de Medicina ou Enfermeiras com Curso de Obstetrícia (EO) Enfermeiras de Saúde Pública (ESP) Auxiliares de Enfermagem (AE) Enfermeiros Práticos ou Práticos de Enfermagem, Atendentes (AT) Visitadoras Sanitárias (VS) Outros (OUT) especificar
<p>6. Características das unidades que servem de campo de estágio</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de estágios • Cursos • Número de ordem do hospital constante do Apenso 5 • Unidades de enfermagem em que é feito o estágio: <ul style="list-style-type: none"> • especialidade da unidade • número de leitos • censo diário ou média diária de consultas • Número de pessoal de enfermagem. Especificar: Enfermeiros (E), Obstetizes da Faculdade de Medicina ou Enfermeiras com Curso de Obstetrícia (EO), Enfermeiras de Saúde Pública (ESP), Auxiliares

	de Enfermagem (AE), Enfermeiros Práticos ou Práticos de Enfermagem (EP), Atendentes (AT), Visitadoras Sanitárias (VS), Outros (OUT) especificar
--	---

Quadro 2. Apensos anexos ao Ofício Circular e itens abordados - Fonte: os autores

Observou-se que o inquérito era bastante semelhante ao conteúdo do que se encontra no Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil – 1956/1968⁽²¹⁾, do qual Waleska Paixão participou como Presidente da Sub-Comissão de Diretoras de Escolas de Enfermagem.

Percebeu-se que a segunda iniciativa, embora conduzida em tom autoritário, abrangia variedade e quantidade de itens a serem documentados e, paradoxalmente, parecia fazer um movimento para que as escolas tivessem mais participação no processo de distribuição e compartilhamento de recursos. Isso chama à atenção porque o regime de governo do país, desde dois anos antes da iniciativa de Waleska Paixão, não era democrático, e as escolas, em particular, eram instituições muito vigiadas pelos aparatos de repressão política, dada a sua natureza emancipadora⁴.

Assim sendo, relembra-se que o citado levantamento foi a primeira pesquisa científica de enfermagem realizada no país e tinha, como um dos objetivos, “conhecer os centros de formação dos enfermeiros e auxiliares de enfermagem, quanto a sua estrutura material e organização, recursos técnicos e financeiros e potencial de candidatos à matrícula”.

Pode-se afirmar que a sequência de questões encaminhada às escolas se assemelhava ao teor contido no objetivo daquela pesquisa, também de abrangência nacional, no que diz respeito à quarta e quinta parte do levantamento: Escolas e Cursos de Auxiliar de Enfermagem e Escolas de Enfermagem, respectivamente.

Considera-se que o questionário enviado às escolas ia além da intenção de recomendar a distribuição de verbas destinadas a estas, pois, assim como o Levantamento de Recursos e Necessidades, realizado aproximadamente dez anos antes, pretendia efetuar o diagnóstico das condições gerais do ensino de enfermagem no Brasil, para auxiliar no alcance dos objetivos traçados para a própria CEEEnfermagem, citados anteriormente.

Fazendo-se uma interpretação sob a ótica de Bourdieu, autor que compreende o capital específico como fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo e que só vale dentro dos limites deste determinado campo; podendo estas se conversíveis umas nas outras ⁽²³⁻²⁴⁾, a comissão e sua coordenadora, Waleska Paixão, eram possuidoras de capital econômico e cultural, com a possibilidade de distribuí-lo para as escolas. Por sua vez, Waleska

Paixão possivelmente tinha percepção de que, ao distribuir esses capitais às escolas, estaria transferindo-o indiretamente à Enfermagem, o que reforça seu compromisso com a profissão.

Além disso, interpreta-se também que havia intenção de inculcação de um determinado *habittus* no campo da enfermagem, que incluía justiça e democracia, com a participação de diversos atores sociais envolvidos²³.

Está claro que havia lutas no campo, entretanto, possivelmente Waleska Paixão tinha a intenção de mostrar a todos os envolvidos e induzi-los a participar com transparência e ética do projeto.

No presente estudo, percebe-se a presença da burocracia, com manifestações de racionalidade instrumental, utilizando-se da hierarquia de autoridade no preenchimento de papéis, do ofício e dos seus anexos²⁵.

Não se encontrou referências aos resultados do inquérito, na bibliografia consultada, e não se sabe o quanto a distribuição de recursos obedeceu às prioridades derivadas da interpretação dos resultados apurados, mas o achado deixa entrever a possibilidade de aprofundamento da investigação para encontrar essas respostas.

Conclusão

Nos meados dos anos 1960, ocorreu um crescimento do número de escolas de enfermagem no país, que emergiu num momento histórico em que a questão da saúde ganha uma nova dimensão a partir de determinantes sociais, políticos e econômicos, acompanhando as políticas educacionais e de saúde.

A descrição e análise dos documentos pesquisados evidenciaram que no referido período órgãos do governo, ligados aos setores da Saúde e Educação e CEEEnfermagem da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn desencadearam um levantamento de necessidades para verificar as condições das escolas, objetivando a melhoria do ensino e qualificação dos profissionais de enfermagem nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país e também a presença marcante de Waleska Paixão, suas estratégias políticas e o compromisso com a profissão, demonstrando a forma que esta comissão, por ela liderada, encontrou para operacionalizar justa e eticamente a distribuição de recursos do MEC.

Não se pode esquecer que a ação social sofre influências dos diferentes contextos de cada época, mas é possível afirmar que há modelos implícitos nas relações, em determinados períodos históricos, que se manifestam de forma diferente do esperado, demarcando valores e práticas que

antecipam mudanças futuras.

Espera-se que este estudo contribua para despertar o interesse de novos e atuais pesquisadores no necessário aprofundamento do tema.

Referências

1. Carvalho AC. Associação Brasileira de Enfermagem, 1926-1976: documentário. 2a ed. Brasília: ABEn; 2008
2. Azevedo JM, Carvalho V, Gomes MLB. Waleska Paixão: uma biografia a serviço da enfermagem brasileira. Esc Anna Nery Rev Enferm. [online]. 2009 Mar;13(1): 31. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=
3. Alves APC, Silva Júnior OC. Páginas de história da enfermagem: o jubileu de ouro de uma obra (1951-2001). Esc Anna Nery Rev Enferm. [online]. 2006; Ago 10(2):181-6. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid.](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=)
4. Santos RM, Tavares LVS, Cruz DE, Trezza MCSF. Circunstâncias de criação do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas: um estudo preliminar. Hist. Enf. Rev. Eletr (HERE). [Online]. 2010;1(1):69;Disponível em http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/n1vol1ano1_artigo5.pdf
5. Fausto B. História do Brasil. São Paulo: EDUSP; 2003.
6. Bertolozzi MR, Greco RM. As políticas de saúde no Brasil: reconstrução histórica e perspectivas atuais. Rev Esc Enferm USP. [Online]. 1996;30(3):380-98;Disponível em [http://www.scielosp.org/scielo.php?script.](http://www.scielosp.org/scielo.php?script=)
7. Fausto B. História geral da civilização brasileira. Tomo 3. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2007.
8. Polignano MV. História das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão .Rev Bras Epidemiol.Mimeo. 2013 [Online]. Mar 2005, vol.8, no.1, p.83-95 Disponível em: [http://www.uff.br/higienesocial/index.php?option=com_content...id.](http://www.uff.br/higienesocial/index.php?option=com_content...id)

9. Silva R. Malária e desenvolvimento: a saúde pública no governo JK (1956-1961) [tese]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz; 2008. 274f. Doutorado em História das Ciências e da Saúde.
10. Caverni LMR, Oguisso T. Textos sobre o técnico de enfermagem em dois periódicos brasileiros. Rev Paul Enferm. 2013[Online].Mar 2004; 23 (2): 160-7. 21 Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7>
11. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Perfil das ações do técnico de enfermagem no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.
12. Braga JC, Paula SG. Saúde e previdência: estudos de política social. São Paulo: CEBES/HUCITEC; 1981.
14. Figueiredo SG. A educação profissional e tecnológica nas políticas públicas de educação: análise crítica de seus princípios, finalidades e objetivos [dissertação]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; 2008. 126 f. Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.
15. Romanelli OO. História da educação no Brasil: (1930/1973). Petrópolis: Vozes; 2008.
16. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 16, de 05 de outubro de 1999. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Diário Oficial da União, 26 nov. 1999. p. 9.
17. Maciel CM. O lugar da escola técnica frente às aspirações do mercado de trabalho. [dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2005. 98 f. Mestrado em Antropologia.
18. Greco JFN. Ideologias nas reformulações das políticas públicas para a Educação Brasileira. Monte Carmelo (MG): Cadernos da FUCAMP; 2003.
19. Oguisso T. História da legislação do exercício da enfermagem no Brasil. Rev Bras Enferm.[Online]. 2001; Abr 53(4):197-207. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sc>.
20. Silva MER. A formação do técnico de nível médio: origens, uma visão de alunos e sinais de mudança [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo; 1997. 203 f. Mestrado em Educação.

21. Associação Brasileira de Enfermagem. Diretrizes para a Enfermagem no Brasil: relatório final do levantamento de recursos e necessidades de Enfermagem no Brasil – 1956/1958. Brasília; 1980.
 22. Cunha ICKO. Um tributo a Haydée Guanais Dourado. Rev Bras. Enferm. 2013[Online]. Mar 2005 ;58(2): 140.Disponível em : [http// www.scielo.br/scielo.php?script=sci](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci).
 23. Bourdieu P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero; 1983.
 24. Thiry-Cherques HR. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. Rev Adm Pública .2013 [Online]. 2006;40(1):27-55 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>
 25. Contim D, Sanna MC. Teoria weberiana com enfoque na burocracia e a enfermagem: um estudo de revisão bibliográfica [CD-ROM]. 15º Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem; 2009 jun 8-11; Campus da UERJ, Rio de Janeiro, Brasil. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem; 2009.
-